



BOLETIM 8 – Brasília, 11 de novembro de 2015

CONTRICOM reúne diretoria e Conselho

A diretoria e o Conselho de Representantes da CONTRICOM reuniram-se, respectivamente, dias 5 e 6 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado (FTICM-RJ), para fazer um balanço dos trabalhos realizados durante o ano de 2015 e aprovar as metas para 2016.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, “apesar de todas as dificuldades que atravessamos ao longo desse ano e que continuamos atravessando, o balanço das ações empreendidas pela Confederação feito pela diretoria e pelo Conselho foi positivo. A cada dia que passa estamos consolidando mais a nossa entidade”, afirmou.

Tanto a diretoria como o Conselho da CONTRICOM analisaram a grave crise econômica que o país está vivendo e o seu impacto no setor da construção, com a demissão de milhares de trabalhadores pelo país afora. “A recessão resultante da paralisação das obras, principalmente as de infraestrutura, e a redução de programas governamentais, como o Minha Casa, Minha Vida, provocaram uma crise sem precedentes no setor, cujas principais vítimas tem sido os nossos trabalhadores”, afirmou o presidente da Confederação.

“Mesmo assim, há saídas e estamos apresentando as nossas propostas em todos os fóruns dos



quais participamos, com as Centrais Sindicais, as confederações nacionais de trabalhadores, com o segmento empresarial, com os representantes do Parlamento e do governo, afinal, todos têm interesse na reativação imediata da economia e todos têm consciência de que o segmento da construção, o mais impactado pela crise, pode representar também uma das soluções para a retomada do crescimento, pois há toda uma cadeia produtiva que depende desse setor. E é dentro dessa linha de pensamento que nós, da CONTRICOM, estamos trabalhando”, afirmou Mazinho.

O presidente da CNTI e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto

Ramos (*foto, ao lado do presidente Mazinho*), compareceu à reunião no Rio de Janeiro, ocasião em que abordou os principais assuntos que interessam aos trabalhadores e ao movimento sindical. Calixto fez uma análise da situação econômica do país, enfatizando a importância da unidade dos trabalhadores na luta pelo emprego e os direitos trabalhistas, novamente ameaçados. O presidente da Nova Central também discorreu sobre a questão do custeio sindical, quando informou que o relator da matéria na Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados assumiu compromisso com as confederações nacionais de

trabalhadores no sentido de construir uma solução conjunta, de modo a assegurar a sustentação material e financeira das entidades sindicais.



Integrantes da Diretoria e do Conselho de Representantes reunidos dias 5 e 6 de novembro, no Rio

Contas aprovadas

A diretoria e o Conselho de Representantes da CONTRICOM também aprovaram o relatório preparado pela Tesouraria da entidade, através do secretário de Finanças, companheiro Aroldo Garcia, e, por unanimidade, as contas da Confederação até setembro de 2015, bem como a previsão orçamentária para 2016, com algumas emendas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Petroleiros negociam mas mantém a mobilização

Petroleiros negociam mas não aceitam “desmonte”

Greve garantiu abertura de negociação e petroleiros exigem resposta às pautas

Após uma semana de greve, com atos e mobilizações, os petroleiros garantiram que a direção da Petrobrás recebesse os representantes da categoria, nesta segunda-feira, 9. Os trabalhadores criticaram a empresa que insistiu em não apresentar propostas referentes às reivindicações do movimento. Novas audiências foram marcadas para esta semana e diante da falta de diálogo concreta, a os petroleiros decidiram manter a greve.

Ambas as entidades da categoria, a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) e a FUP (Federação Única dos Petroleiros), apontam que não houve respostas em relação ao plano de desinvestimento da estatal, que visa a venda de ativos equivalentes a 40% da empresa, além de reduzir os investimento pela metade.

Outro ponto crucial é o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Após a mobilização dos petroleiros, a proposta de reajuste salarial foi elevada de 5,73

para 8,11%, no entanto o índice permanece abaixo da inflação, e foi rejeitado nas assembléias.

O coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, criticou a política da empresa que está seguindo o receituário de arrocho do governo federal: “O mundo todo já experimentou essa receita de ajuste fiscal e já se viu que não dá resultado. Por que o ajuste fiscal é só no lombo do trabalhador”. Além disso, ele condenou as práticas anti-sindicais da estatal. “Estamos enfrentando o maior ataque à organização sindical da nossa história, fruto do ódio de classe que está instalado no país e que tem sido semeado também dentro da companhia”, ressaltou.

Para a FNP, a estatal não está disposta a negociar de fato. A entidade publicou que pede a negociação desde muito antes de a greve se iniciar, “diferentemente da Petrobrás que se levantou da mesa de negociações uma vez e cancelou reuniões pelo menos duas vezes. Diferentemente da postura das gerências das unidades da Petrobrás que têm solicitado a presença ostensiva da Polícia Militar em frente aos Terminais, Refinarias, prédios administrativos, para reprimir o direito de greve. Até o momento, pelo menos, 5 dirigentes sindicais já foram presos (nota, os corruptos continuam livres)”, afirma a entidade.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Petrobras reagenda reuniões com petroleiros para negociar

A Petrobras decidiu reagendar as reuniões marcadas para ontem (9) com dirigentes sindicais a fim de prosseguir com as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho. De acordo com a empresa, a diretoria está trabalhando as propostas para viabilizar o fechamento de um acordo e vai



reagendar os encontros. “Assim que forem definidas as novas datas para a reunião, os empregados serão informados”, diz a companhia em nota.

A reunião com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) estava prevista para a manhã desta terça-feira e com a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) para a parte da tarde. Os dois encontros dariam continuidade às negociações de ontem (9) no edifício-sede da empresa, no centro do Rio.

Diante do reagendamento, a FUP pediu o reforço da greve com a volta dos dirigentes sindicais que estavam no Rio de Janeiro para as suas bases. “A empresa suspendeu a reunião que havia agendado para esta terça-feira (10) e o momento, portanto, é de intensificar o movimento nacionalmente, em todos os estados”, informou o comunicado publicado no site da entidade.

Caminhoneiros

Sobre as manifestações dos caminhoneiros, a FUP informou que a greve dos petroleiros não tem relação com o movimento dos caminhoneiros. “A FUP esclarece que o pleito dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobras nada tem a ver com o pleito dos caminhoneiros”.

A FUP reafirmou que as quedas na produção de petróleo e derivados, em consequência da greve dos petroleiros, “não são suficientes para causar desabastecimento e, consequentemente, aumento no preço dos combustíveis”.

Fonte: Agência Brasil

Trabalhadores convocam ato contra fechamento da Usiminas

As centrais sindicais realizarão protestos nesta quarta-feira, 11, em Cubatão (SP) contra o encerramento da produção de aço na unidade da Usiminas. Em uma pré-reunião realizada na segunda-feira, 9, na sede do Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário de Santos (Sintracom) representantes de centrais sindicais se uniram para acertar os detalhes da manifestação, e convocar os funcionários da Usiminas a participar de uma assembleia que poderá deflagrar em uma greve por tempo indeterminado.

De acordo com as centrais, lojistas em apoio ao movimento não abrirão seus estabelecimentos e, em toda a cidade, carros de som, irão percorrer ruas e comércios, distribuindo panfletos e conclamando a população para se manifestar contra a medida da Usiminas que irá provocar a demissão de pelo menos 4 mil trabalhadores.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Montadoras reduzem produção em outubro e demitem mais 900

Segundo relatório divulgado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) na sexta-feira (06), 11,8 mil trabalhadores já foram demitidos pelas montadoras este ano. Só em outubro, mais 900



trabalhadores foram demitidos pelas multinacionais do setor.

Para sustentar seus superlucros, as montadoras, além das demissões, arrocham os trabalhadores e com o aval do governo federal. Do total de 132,7 mil funcionários, 34% estão com alguma restrição em suas atividades, ainda segundo a Anfavea. Isso representa que ao menos 45 mil empregados estão em regime de redução de salário e jornada (PPE) ou afastados por férias coletivas ou lay-offs.

O relatório mensal de outubro ainda acusa um recuo de 30,1% na produção de automóveis (incluindo veículos de passeio, leves, caminhões e ônibus). A comparação é com relação a outubro de 2014. No acumulado do ano, a redução na produção chega a 21,1%.

A queda na produção reflete o baixo volume de vendas. Os licenciamentos caíram em outubro 37,4% na comparação anual. No acumulado do ano, as vendas padecem 24,25% sobre o mesmo período do ano passado.

As vendas de veículos de carga e transporte são os que mais sentem o efeito da situação econômica, com retração de 45,1% comparada a outubro do ano passado. No mesmo período, a produção encolheu 54,1%.

Já os preços dos veículos, continuam entre os mais altos do mundo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Produção industrial cai em 10 dos 14 locais pesquisados em setembro

A produção industrial em setembro caiu em dez dos 14 locais pesquisados pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quedas mais acentuadas foram registradas na Bahia (-7,6%) e no Rio de Janeiro (-6,6%). Os resultados positivos foram verificados no Pará (12,6%), Paraná (5,1%), Espírito Santo (1,3%) e Amazonas (0,1%).

A indústria nacional teve queda de 1,3% em setembro, em relação ao mês anterior, e manteve a trajetória descendente iniciada em outubro de 2014. Onze locais apresentaram taxas negativas, com os recuos mais acentuados verificados no Rio de Janeiro (-2,5%), Paraná (-1,3%), Amazonas (-1,2%), em São Paulo (-1,2%), na Bahia (-1,2%), no Ceará (-1,0%) e em Minas Gerais (-1,0%). O Pará, com expansão de 2,4%, registrou o principal avanço em setembro de 2015.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor industrial apresentou queda de 10,9% em setembro, com resultados negativos em 12 dos 15 locais pesquisados. Nesse mês, o recuo mais intenso foi no Rio Grande do Sul (-19,7%), pressionado, em grande parte, pela queda na produção dos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, metalurgia e de produtos do fumo. Os estados do Amazonas (-13,1%), de São Paulo (-12,8%), do Ceará (-11,9%), de Santa Catarina (-11,6%), do Rio de Janeiro (-11,2%) e de Minas Gerais (-11,1%) também apresentaram resultados negativos mais acentuados do que a média nacional (-10,9%). A Bahia (-9,0%), o Paraná (-7,8%), a Região Nordeste (-7,4%), Pernambuco (-7,2%) e Goiás (-4,7%) completaram o conjunto de locais com taxas negativas nesse mês.

Mato Grosso (18,3%) e o Pará (12,3%) tiveram os maiores avanços em setembro, impulsionados pelo comportamento positivo dos



setores de produtos alimentícios e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, no primeiro local, e de indústrias extrativas, no segundo. O Espírito Santo, com ligeira variação de 0,1%, também mostrou taxa positiva em setembro.

Fonte: Agência Brasil

Saque na poupança é o maior em 20 anos

De acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados na sexta-feira (06), os brasileiros têm cada vez mais recorrido à poupança para cobrir as despesas. Os saques já superaram os depósitos em R\$ 57 bilhões em 2015 até outubro, o maior volume de retiradas dos últimos 20 anos para o período, desde quando o BC começou a reunir os dados das instituições bancárias. Somente em outubro, o número de retiradas foi maior que as aplicações em R\$ 3,2 bilhões – também um recorde para o período.

No caso do resultado anual, trata-se da primeira vez desde 2003 que se vê o volume de saques maior em todos os meses do ano.

A sangria da poupança se deve ao alto índice de desemprego, combinado ao arrocho salarial, alta inflação e juros elevados.

Segundo o diretor de pesquisas econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira, “a renda das famílias está sendo cada vez mais comprometida, fazendo com que os recursos disponíveis para poupar sejam resgatados para completar a renda e para o pagamento dos seus compromissos”.

“Para a Anefac, já que o quadro de inflação e juros elevados, queda de renda, desemprego, além da Selic elevada não irá se modificar em 2015, a tendência para os próximos meses é de que este movimento de redução no volume dos depósitos da poupança se acentue, agravado ainda mais em um ambiente econômico mais recessivo com a elevação nos índices de desemprego e de inadimplência”, enfatiza o representante da entidade.

Enquanto isso, o percentual de famílias endividadas em outubro chegou a 62,1%, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que identificou que a inadimplência, apesar de majoritariamente concentrada no cartão de crédito pelos juros abusivos cobrados pelos bancos, também começa a atingir as contas dos serviços básicos, como água e luz.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

MTPS e Dieese realizam oficina sobre rotatividade no mercado de trabalho brasileiro

Evento será aberto pelo ministro Miguel Rosseto e debaterá criação de políticas para o combate à rotatividade

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) realiza em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Oficina de Rotatividade “Os desafios para enfrentar a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: análise com recorte setorial”. O evento acontece nos dias 11 e 12 de novembro, em Brasília.



A oficina, voltada para gestores e técnicos do governo federal, tem como objetivo estimular o debate para criação de políticas públicas para combater a rotatividade no mercado de trabalho a partir da apresentação de resultados do convênio Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, celebrado entre MTPS e Dieese.

O evento será aberto pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, às 10h, de quarta-feira (11). Após a abertura oficial haverá exposição do Dieese sobre a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, seguido de debate entre os participantes.

A programação contará ainda com mesa de discussão sobre o fenômeno da rotatividade, exposição e debate sobre o trabalho sazonal e a flexibilidade dos contratos no Polo Naval e Offshore do Rio Grande do Sul.

Fonte: MTPS

Ministro destaca importância das políticas patrocinadas pelo FAT

Em sua primeira reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, defendeu as políticas de proteção social como o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego e a sustentabilidade do Fundo. A reunião foi nesta terça-feira (10) em Brasília.

Rossetto ressaltou a iniciativa do Conselho para fortalecer essas políticas e garantiu sua participação efetiva nos debates sobre a expansão

do mercado formal, diminuição da rotatividade e a consolidação de um sistema público de emprego diante do novo cenário da economia brasileira. “Neste momento precisamos de políticas ativas que possibilitem a manutenção do emprego e assegurem os benefícios de proteção proporcionados pelo FAT”, avaliou Rossetto, destacando como exemplo o Plano de Proteção do Emprego (PPE).

Fonte: MTE

Trabalho amplia licença-maternidade em caso de nascimento de bebê prematuro

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou proposta que prevê a ampliação da licença-maternidade em caso de nascimento prematuro e nos casos em que o bebê precisa ficar internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal.

O parecer da relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE), foi favorável ao substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio. O substitutivo fundiu em um só texto os Projetos de Lei 1164/11, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), e 1464/11, do ex-deputado Edivaldo Holanda Junior.

A proposta permite a licença-maternidade superior a seis meses em caso de nascimento prematuro. A medida abrangerá os estabelecimentos participantes do Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei 11.770/08, que prorrogou em 60 dias a licença obrigatória de 120 dias para a empregada de empresa integrante



do programa. Em contrapartida, a empresa recebe incentivo fiscal.

As propostas ainda serão analisadas, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Acordo coletivo para turno ininterrupto de revezamento 12x12 é inconstitucional

Decisão da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sem divergência, declarou nula cláusula de acordo coletivo de trabalho que estipulou turnos ininterruptos de revezamento em regime de doze horas de trabalho por doze horas de descanso (12 X 12), e garantiu ao trabalhador o pagamento de diferenças de horas extraordinárias e repercussões a partir da sexta hora trabalhada diariamente. A decisão foi proferida nos autos do Processo nº 0000288-40.2015.5.08.0206, que tem como reclamadas as empresas VIEIRA & CAVALCANTE MINERAÇÃO LTDA-EPP (1ª reclamada) e UNAMGEN MINERAÇÃO E METALURGIA S.A (2ª reclamada).

O reclamante laborou para a 1ª reclamada, nas dependências da 2ª reclamada, no período de maio de 2010 a junho de 2014, alegando que até março de 2013 sua jornada foi em escala ininterrupta de revezamento, na qual trabalhava das 7h às 19h, por sete dias consecutivos, na semana seguinte, das 19h às 7h, tendo em seguida 7 dias consecutivos de folga. Diante disso, ingressou na Justiça do Trabalho com pedido de

horas extras por determinado período do contrato. Tendo sido o pedido negado em 1ª instância, o reclamante ingressou com recurso ordinário.

O pedido foi julgado procedente pelo TRT8, pois, conforme o Acórdão, o “acordo coletivo a contrario sensu de trabalho que estipula turnos de revezamento com jornada superior a oito horas é manifestamente inconstitucional (art. 7º, XIII e XIV, da Constituição da República) e, por isso, nulo, não merecendo chancela judicial, como fez a sentença recorrida, que merece reforma. Mais grave ainda é o caso porque a jornada de trabalho foi aumentada para doze horas, afrontando a literalidade do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme o qual a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho”.

Desta forma, foi incluída na condenação as diferenças de horas extraordinárias e repercussões sobre aviso prévio, gratificação natalina, férias com remuneração adicional de um terço, repouso semanal remunerado e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nos termos, valores e limites da petição inicial.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)